



REIVINDICAÇÕES EDUCACIONAIS E PROPOSTAS EDUCATIVAS DA POPULAÇÃO NEGRA NO SÉCULO XX: UMA REVISÃO HISTÓRICA

Cícera Nunes (UFCG)
Henrique Antunes Cunha Júnior (UFC)

Introdução

A análise da história da educação do negro no contexto brasileiro nos traz informações importantes sobre as trajetórias de escolarização desses sujeitos, o que demonstra a importância que essa população sempre deu ao acesso à educação formal como uma das condições importantes para sua ascensão social. Nesse texto, levantamos parte das experiências educativas desenvolvidas pela população negra brasileira ao longo do século XX, buscando compreender que mecanismos foram criados pelas comunidades e organizações negras ao longo da história para o acesso à escolarização.

No primeiro momento, faremos uma discussão sobre movimento negro traçando uma visão de conjunto desses movimentos no Brasil. Esta análise se faz necessária tendo em vista que a história oficial não reconhece a existência desses movimentos ou, quando reconhece o faz de forma deturpada. A invisibilidade das experiências sociais e educativas empreendidas pela população negra contribui para a manutenção de uma visão de mundo eurocentrista que não os reconhece como agentes da história.

Na segunda parte do texto, faremos um levantamento das reivindicações educacionais e propostas educativas desenvolvidas por organizações negras ao longo do século XX. Essa discussão vem contribuir com a ampliação do campo de pesquisa em história da educação e a introdução desse tema nos cursos de formação de professores possibilitará o conhecimento dos processos de organização dos negros na sociedade brasileira que, dentre outras questões, estava a preocupação em se apropriar dos conhecimentos na forma escolar.



Movimento Negro no Brasil

Constitui um desafio falar de Movimentos Negros no Brasil, uma vez que a história oficial não reconhece a existência desses movimentos ou, quando reconhece o faz de forma deturpada. As fontes documentais são abundantes. No entanto, faltam financiamentos e interesse das instituições pelo tema. Além disso, há uma corrente de pesquisadores brasileiros que ignoram a importância da especificidade sócio-econômica, política e cultural da população negra no contexto da luta de classe, passando a impressão de que as lutas sociais e políticas advindas do meio negro não são importantes, e há ainda os que imbuídos do mito da democracia racial conservam a visão da inexistência de conflitos de população afrodescendente e eurodescendente no Brasil (CUNHA Jr., 1992).

Sobre o Movimento Negro, Sousa (1997, p. 23), define-o como sendo:

[...] uma forma de organização para a luta dos afro-descendentes e contribui para o enriquecimento da percepção da realidade brasileira. É um componente do conjunto dos Movimentos Sociais, cuja ação não traz benefícios apenas para o segmento descendente de africano, mas para o geral da sociedade brasileira, no que diz respeito ao estabelecimento de uma sociedade democrática e igualitária.

Segundo a autora, esta forma de organização política tem contribuído para o reconhecimento da realidade brasileira. Ela destaca que “[...] este movimento não instala suas bases, exclusivamente, na relação capital trabalho não sendo o Estado seu alvo principal, a exemplo de outros movimentos sociais” (SOUZA, 1997, p. 23). Os movimentos afrodescendentes, das mulheres e dos homossexuais têm como características a busca por extrapolar os limites da classe social e manifestar-se contra um comportamento étnico-moral preestabelecido.

Cunha Jr. (1992), se refere ao preconceito de muitos pesquisadores que mantém uma visão de mundo eurocentrista, nos passando a idéia de que somente o branco e o europeu são os agentes da História. Como exemplo, cita a trajetória das lutas operárias no Brasil que alguns livros abordam desde o seu início e a partir dos movimentos anarquistas organizados



pelos operários imigrantes, deixando de lado as lutas organizadas das populações negras como os portuários e os ferroviários, demonstrando a necessidade de uma revisão histórica.

A participação do afrodescendente como sujeito, ator e criador de sua própria história é pouco conhecida e praticamente ausente nos currículos de ensino. Zumbi dos Palmares, herói da luta abolicionista, em geral só é recordado por ocasião das datas comemorativas, como o 13 de maio e o 20 de novembro, o que se configura “[...] a necessidade de ultrapassar esses limites e contemplar também no presente século o afrodescendente brasileiro como sujeito e construtor da história do país” (NASCIMENTO, 2003, p. 222). A escola tem a obrigação de recuperar a história de luta e resistência desses sujeitos coletivos.

A partir da abolição da escravatura, a população negra brasileira teve que lutar por condições que lhes permitissem melhorar a sua posição social e sair do estado de marginalização em que se encontravam, por conta dos efeitos nefastos do sistema escravista. Estes foram jogados numa sociedade que já havia absorvido a concepção de negro como um ser inferior. Um discurso que durante anos tem alimentado o medo e desconfiança com a população negra e os têm excluído de direitos básicos de cidadania.

Neste sentido, a população negra sempre desenvolveu estratégias de resistências contra a situação a que foi colocada. Estas ações significaram luta e organização. Sobre esse assunto é importante considerar o tipo de sociedade existente em cada momento e as possibilidades desses sujeitos, pois as formas de luta do período escravista não correspondem aos mesmos processos de organização dos movimentos sociais dos dias atuais. Nós temos, segundo Cunha Jr. (2003, p. 48):

[...] uma forte e sólida tradição de pensamento negro que alicerça organizações políticas e culturais diversas que, no conjunto, denominamos de movimentos negros. Ao longo do tempo, essas organizações passaram por crises, modificações e renovações, umas desapareceram, outras foram criadas, mas o fato é que nunca deixou de existir movimento negro no Brasil.

Diante do exposto, reconhecemos que as lutas dessas organizações ao longo do século XX culminaram em conquistas importantes para a área educacional, em especial a



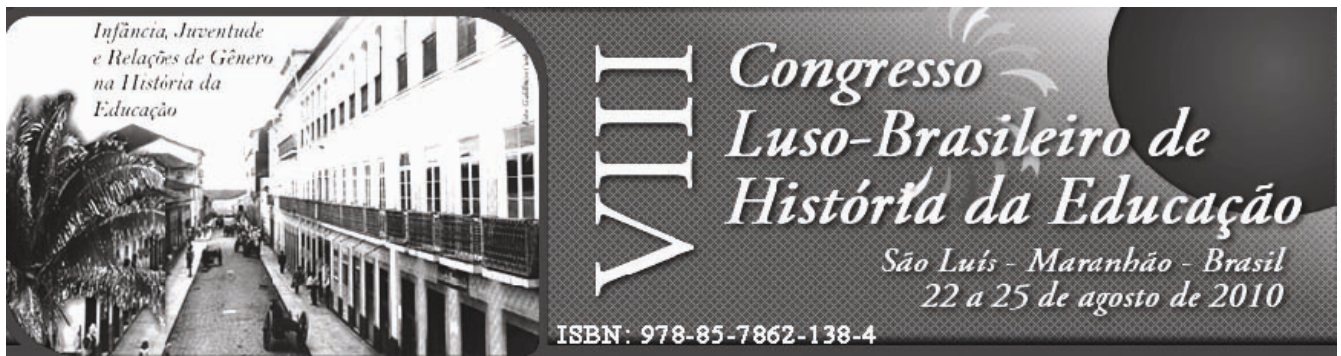
aprovação da Lei Nº. 10.639/03 que tornou obrigatório no currículo da educação básica o ensino da História e Cultura Africana e Afrodescendente e a política de cotas para o acesso ao ensino superior. Nesse sentido, é que traçamos uma visão de conjunto desses movimentos focando as reivindicações pelo acesso à educação formal, bem como dando visibilidade a algumas experiências educativas que contribuíram com o processo de alfabetização e fortalecimento político desses sujeitos.

A luta pelo acesso à educação ao longo do século XX

O movimento negro que surge no início do século XX é herdeiro e continuador de uma luta já em movimento desde os primórdios da formação do Brasil. Do período escravista e como exemplo desse processo de resistência, temos a luta quilombola, as revoltas negras e o papel das irmandades de preto que, mesmo com a falta de poder econômico e político, desenvolveram estratégias de superação da exclusão social. No entanto, permanece a imagem de uma população negra com pouca tradição de luta anti-racista, consequência da parca documentação e pesquisa sobre o tema (NASCIMENTO, 2008).

O surgimento da Imprensa Negra no início do século XX veio superar a idéia equivocada de que a comunidade negra sempre foi iletrada, desorganizada e analfabeta. Esta era feita por pessoas simples, de baixas posses, como José Correia Leita, Jayme Aguiar, Henrique Antunes Cunha e outros homens negros do mesmo nível social. Era formada por pessoas de grande cultura e intelectuais de grande importância.

Este movimento tem início na cidade de São Paulo e depois espalha-se para outros estados brasileiros. O primeiro jornal negro publicado no Estado é na cidade de Campinas, em 1910. Além deste, foi publicado nesta cidade, A União (1918), A Protectora (1919), O Getulino (1924), Escravos (1935). O Patrocínio, em 1925, jornal lançado em Piracicaba, denunciava os preconceitos contra os negros e exortava a comunidade para a realização do 1º Congresso da Juventude Negra. Na capital de São Paulo, dentre outros, foram fundados: o Menelik (1915), a Princesa do Oeste (1915), o Bandeirante (1918), o Alfinete (1918), a



Liberdade (1919), o Kosmos (1924), o Elite (1924) e Auriverde (1928) (NASCIMENTO, 2008).

Os periódicos da imprensa negra que circularam no início do século XX propunham a si mesmos um papel educativo. Eram um órgão de educação e, em segundo lugar, um órgão de protesto. Nos textos que eram divulgados nestes jornais percebia-se uma preocupação com a instrução da população negra, pois entendia-se que esta abriria mais possibilidades de sucesso moderno e, conseqüentemente, melhoraria as suas condições de vida. Para isto, era necessário dominar o instrumental técnico e social que era exigido para o desempenho profissional (NASCIMENTO, 2008).

Do início do século XX, temos a fundação da Frente Negra Brasileira, em 1930. Esta foi uma das organizações mais significativas deste período com a fundação de vários núcleos no território nacional, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, na Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Maranhão, Espírito Santo; levanta a bandeira da educação como solução para a ascensão social da população negra. Tinha como proposta “unificar, educar e orientar” entendendo ser esta uma condição para sair do estado de inferioridade a que estavam submetidos (SILVA, 2007). Acreditavam que a melhoria da educação se dava principalmente pela melhoria da escola:

[...] a Frente organizou em sua sede uma escola para crianças que contava com professoras nomeadas pelo governo. Oferecia também cursos de alfabetização e cultura geral para adultos. Os professores dos cursos para adultos eram associados da Frente, formados ou fazendo curso superior que davam aula gratuitamente (NASCIMENTO, 2008, p. 105).

A população negra neste período é predominantemente rural, a maioria era analfabeta, excluída do mercado de trabalho e em condições precárias de saúde, cerca de 11% da população vivia na capital de empregos eventuais e temporários e morando em cortiços ou porões. A Frente Negra Brasileira ao lado do Movimento de Imprensa Negra denunciavam estas condições e discutiam ações para superar a exclusão do negro no mercado de trabalho, no sistema de ensino, na atividade política e na sociedade civil.



Do início do século XX temos também o teatro de Solano Trindade, o Teatro Experimental do Negro de São Paulo, a realização do Congresso da Juventude Negra, em 1949, onde se discute pela primeira vez o acesso do negro à universidade, além de vários movimentos informais de consciência negra espalhadas pelo país. Clubes e associações negras do início do século XX exerceram atividades no campo da cultura, do lazer, da educação, do protesto (CUNHA Jr. 2003).

A grande produção de poesia e teatro dos movimentos negros nas décadas de 1940 e 1950 é desconhecida, como é o caso da poetisa Madalena de Souza, personalidade que estava entre os diversos poetas da Associação Cultural do Negro de São Paulo (1954-1965), de Dalmo Ferreira, do Teatro Experimental do Negro de São Paulo, que teve uma atuação equivalente ao do Rio de Janeiro, mas não tão famoso; e ainda intelectual como Guerreiro Ramos, reconhecido no exterior, mas que no Brasil continua no desconhecimento (CUNHA Jr. 2003). Ao lado destes é importante registrar também o movimentos dos intelectuais negros na Bahia no início do século, os bedéis, que se opunham aos acadêmicos racistas. Igualmente importante foi a atuação de Manoel Querino, um dos precursores do movimento negro da Bahia e também o criador da Frente Negra Baiana.

Em 1941, o Teatro Experimental do Negro surge como uma proposta de se utilizar o palco para lutar pelo reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e nesta perspectiva organiza cursos de alfabetização para os negros integrantes desse grupo. Este teve como idealizador e fundador o militante negro Abdias Nascimento. Na opinião de Nascimento (2008) esta foi a primeira entidade do movimento negro que se propôs a ligar, na teoria e na prática atuação política com afirmação e valorização da cultura brasileira de origem africana.

Os movimentos negros desse período tinham uma consciência internacional mais evoluída. Os jornais publicavam notícias vindas da Europa, dos EUA e da África. O Teatro Experimental do Negro tinha a educação como primeira prioridade de ação para o povo negro. Organizou cursos de alfabetização e as aulas eram completadas com conhecimento de cultura geral e palestras de diversos convidados. Além destes, o TEN organizou:



[...] concursos de artes plásticas e de beleza que enalteciam os padrões estéticos afro-brasileiros. Patrocinou a organização de vários eventos sociopolíticos como a Convenção Nacional do Negro (1945-1946). Nesta, pela primeira vez cogitaram-se uma medida constitucional e uma legislação específica anti-racista. O TEN também organizou a Conferência Nacional do Negro (1945-1946). Nesta, pela primeira vez cogitaram-se uma medida constitucional e uma legislação específica anti-racista. O TEM também organizou a Conferência Nacional do Negro (1948-1949) e o 1º. Congresso do Negro Brasileiro (1950). Em 1955, realizou uma semana de Estudos Negros e o Concurso de Belas Artes, sobre o tema do Cristo Negro (...). O TEN também concedeu e apresentou nesse mesmo ano o Festival Castro Alves, em que levou a obra do poeta abolicionista ao palco em trabalho de interpretação dramática (NASCIMENTO, 2008, p. 123).

Este grupo está diretamente ligado à organização e realização da 1ª. Convenção Nacional do Negro Brasileiro realizada em 1945, em São Paulo e em 1946, no Rio de Janeiro, onde estava colocada a exigência pelo acesso à instrução como principal meio de disputa no mercado de trabalho, possibilidade de integração racial, ascensão social e conquista de direitos para aquela população, exigia ainda a admissão de negros no ensino secundário e superior. Também fez parte deste evento a União dos Homens de Cor. Esta surge em Porto Alegre em 1943 e depois se expande para vários estados brasileiros. Suas reivindicações buscavam a inserção político-social da população negra, elevando o seu nível econômico e social. Tem suas atividades encerradas em meados da década de 1960.

No contexto do processo de redemocratização, vivido no final da década de 1970 e início da década de 1980, vem à tona o anseio da população brasileira em libertar-se dos males provocados pela ditadura militar, tendo como bandeira a luta pela democracia. A partir da década de 1970 vivemos um processo de reorganização e expansão desses movimentos, sustentando que no processo de transformação da sociedade brasileira, a discussão não poderia dar-se desvinculada da de classe e raça, pois “Classe e raça formam um sistema articulado que impede a participação igualitária na sociedade brasileira” (CUNHA Jr., 1992, p. 84).

O período entre 1970 e 1990 é compreendido pelo professor Amauri Mendes, na sua dissertação de mestrado, como sendo o “período da luta pela consciência negra” onde se elabora uma “cultura da consciência negra”. Este período é caracterizado pela mobilização



dos movimentos negros em torno do despertar para a consciência da importância do negro na sociedade brasileira, assumindo o ser negro, valorizando a sua cultura, e buscando a melhoria da situação sócio-econômica dessa população (CUNHA Jr., 2003). O período é marcado por uma variedade e complexidade destes movimentos:

No início deste ciclo de movimento de consciência negra, um grupo de grande importância e determinante para a formação das propostas do período foi o grupo Palmares, de Porto Alegre, RS. Em 1971, este grupo já propunha a comemoração do dia 20 de novembro como data de importância para a comunidade negra em substituição às comemorações do dia 13 de Maio. No Rio de Janeiro, formou-se em 1975, o IPCN, Instituto das Culturas Negras, que, dada a posição cultural da cidade, serviu de ponte para vários movimentos no resto do Brasil. Em Niterói, o grupo André Rebouças criou um pioneirismo de trabalho junto às instituições universitárias. Em São Paulo, um grupo formado em 1968, o CECAN, Centro de Arte e Cultura Negra, foi quem comandou as ações e contagiou todos os grupos políticos e de cultura negra do estado de São Paulo durante toda a década de 1970, o Ilê Ayê. Este grupo tornou-se importante pela expressão estética criada e pela disseminação de informações sobre a África e a cultura negra, pelo combate ao racismo e também pela ampla atuação na educação (CUNHA Jr. 2003, p. 51).

Num contexto ainda marcado pela ditadura militar a questão cultural torna-se central como uma forma de recuperar os valores negros e combater o racismo fortemente presente. A partir de 1974 passa-se a buscar a unidade, teórica e prática, entre os diversos grupos de movimentos negros organizados nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, como uma forma de sair da imposição posta pela ditadura militar. Em 1976, é criada a FEABESP (Federação das Entidades Afro-Brasileiras do Estado de São Paulo), reunindo escolas de samba, clubes recreativos, grupos de teatro e grupos do movimento negro. Uma consequência importante deste conjunto de movimentos negros foi a realização em 1978 do ato no Viaduto do Chá. Deste ato resulta a fundação do Movimento Unificado contra a Discriminação Racial. Movimento que não consegue agregar a maioria dos grupos existentes, mas consolida uma vertente importante dos movimentos negros. O MUCDR no ano seguinte se transforma em Movimento Negro Unificado.

Entre 1975 e 1976 foram promovidos três encontros Interestaduais de Entidades Negras. Além destes, foram organizados vários encontros pelos movimentos negros durante a



década de 1980 em diversos estados e nas regiões Norte-Nordeste e Sul-Sudeste que culminaram com a realização do 1º. Encontro Nacional das Entidades Negras (ENEN), realizado em São Paulo, em 1991 (NASCIMENTO, 2008).

A partir da década de 1980, os novos partidos políticos movidos pelo momento de abertura democrática deste período, passam a incorporar nas suas ações e propostas questões ligadas às relações raciais. “Surge daí um conjunto de grupos negros dentro dos partidos políticos e mesmo nos órgãos de Estado” (CUNHA Jr., 1992, p. 78). É neste contexto que também a igreja católica brasileira inicia um movimento no seu interior, revisando as suas posições raciais e sociais.

Rodrigues (2005, p. 251) analisa como as reivindicações do movimento negro para a área educacional se transformaram em diretrizes políticas a partir da década de 1980. Desta forma, levanta a “[...] relevância da luta contra as desigualdades raciais como um aspecto importante para pensar o processo de democratização do acesso à educação de boa qualidade”. Para esta autora, é a partir da década de 1970, que o movimento negro assume uma postura mais politizada, questionando o ideal de branqueamento fundamentado no mito da democracia racial e denunciando o racismo presente na sociedade brasileira.

Nesse momento, o debate acerca da real situação do negro se amplia. Os Movimentos Negros, que ao longo dos anos têm denunciado o descaso por parte do Estado, nesse momento de abertura política e das ações que se voltam para a universalização do ensino, passam a cobrar políticas efetivas e a exigir um comprometimento por parte do Estado com ações afirmativas.

A partir daí, estes movimentos ganham força e passam a questionar mais veemente as concepções racistas presentes nos livros didáticos que dificilmente mostram negros em situação familiar e profissional positiva, como também, a ausência de conteúdos que contemplem a história e cultura africana e dos afrodescendentes.

Para Rodrigues (2005, p. 253): “Ressaltou-se também a persistência da discriminação racial na forma da limitação do acesso à educação e da permanência na escola entre os negros, evidenciada pelos maiores índices de analfabetismo, exclusão e de repetência



escolar da população negra”. A autora mostra ainda alguns momentos importantes nas décadas de 1980 e 1990, quando o Movimento Negro esteve presente defendendo o processo de escolarização enquanto fundamental para a mobilização do povo negro, denunciando a partir de estatísticas educacionais a existência de desigualdades entre negros e brancos e apontando propostas de superação desta problemática.

No final do século XX, a educação continuava sendo a prioridade do movimento negro. Como parte do movimento que reivindica o acesso de jovens negros ao ensino superior foram criados os Pré-Vestibulares para Negros e Carentes (PVNCs). Com o mesmo objetivo no Rio Grande do Sul, desde 1992, o Cecune desenvolve o Projeto Universidade Livre. Em São Paulo é criada na década de 1990 a Afrobras, organização responsável pela fundação da Universidade Zumbi dos Palmares. Organizações como o Centro de Estudos das Relações do Trabalho e Desigualdade (Ceert), o Instituto Padre Batista e a Organização das Mulheres Negras (Geledés), de São Paulo e o Núcleo de Estudos Negros (NEN), de Florianópolis denunciavam e desempenhavam ações jurídicas contra a discriminação racial, além de promoverem ações de formação de professores e produção de material didático (NASCIMENTO, 2008).

Somente em 2003, como desdobramento desse processo de luta do movimento negro organizado que durante muito tempo esteve engajado na cobrança de políticas públicas que dessem conta de enfrentar as históricas desigualdades entre negros e brancos, foi criada a Lei nº. 10.639, a qual altera a LDB nº. 9.394/96, nos seus artigos 26 e 79, tornando obrigatório a entrada no currículo oficial do ensino fundamental e médio a temática: “História e Cultura Africana e Afro-brasileira”. Esta lei ainda carece de elucidações diversas dentro do sistema educacional. Esta é vista por muitos educadores como uma atitude isolada do Estado brasileiro, medida de cima para baixo, de caráter demagógico.

No entanto, reconhecemos que referida Lei representa uma grande conquista e fortalece a discussão acerca da importância e da necessidade da tomada de iniciativas por parte dos municípios, estados e governo federal, para que ofereçam as condições necessárias



para contemplar em âmbito escolar, a valorização e reconhecimento da história e cultura africanas e afrobrasileiras

Considerações

A ânsia pela libertação e pelo direito ao exercício da cidadania possibilitou a aproximação da população negra ao saber escolar. Para isso criavam suas próprias escolas, recebiam instrução de pessoas escolarizadas, ingressavam em escolas públicas, particulares ou asilos de órfãos. No entanto, a historiografia oficial nega essas iniciativas no intuito de invisibilizar a existência dessa população no cenário nacional. Com isto, a história brasileira denuncia as relações de dominação e como estas se reproduzem nas escolas. Daí decorre a necessidade de se construir uma nova história da educação no Brasil vista sob diversos ângulos, a partir do ponto de vista de vários observadores, uma história que mereça ser chamada de história brasileira (CRUZ, 2005).

Nesse sentido, é que ressaltamos a necessidade de outros estudos que levantem as experiências educativas, escolares ou não, dos afrodescendentes no contexto brasileiro buscando compreender como se deu a conquista da alfabetização por pessoas pertencentes a esse grupo, que mecanismos foram criados ao longo da história para garantir o acesso à educação formal, que experiências de escolarização foram oferecidas por organizações negras e comunidades de quilombos existentes no país.

Ressaltamos que essa discussão vem contribuir com a ampliação do campo de pesquisa em história da educação e a introdução desses temas nos cursos de licenciatura pode contribuir com a formação de um profissional da educação em condições de lidar solidariamente com a diversidade cultural existente nesse país. As informações levantadas devem ser problematizadas e acompanhadas de uma reflexão sobre a invisibilidade dos negros nas abordagens históricas em educação no Brasil.



REFERÊNCIAS

CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre história da educação dos negros. In.: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da educação dos negros e outras histórias*. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2005.

CUNHA Jr. Henrique Antunes. A História africana e os elementos básicos para o seu ensino. In.: LIMA, Ivan Costa e ROMÃO, Jeruse (orgs.). *Negros e currículo*. Florianópolis: n.º 02, Núcleo de Estudos Negros/NEN, 1997.

_____. Movimento de consciência negra na década de 1970. In.: *Educação em debate*. Fortaleza, Ano 25, v. 2, n.º 46, 2003.

_____. *Textos para o movimento negro*. São Paulo: EDICON, 1992.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. *O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil*. São Paulo: Summus, 2003.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. Embates e contribuições do movimento negro à política educacional nas décadas de 1980 e 1990. In: OLIVEIRA, Iolanda de.; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; PINTO, Regina Pahim. *Negro e educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa/ANPEd, 2005.

SILVA, Fátima Aparecida. *O movimento social frente negra pernambucana e sua continuidade como centro de cultura afro-brasileiro (1937-1988)*. Projeto de Qualificação de Doutorado. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira/Universidade Federal do Ceará-UFC, nov./2007.

SOUSA, Teresa Cristina Vital de. *Com a palavra, o movimento negro: contestando o racismo e desmistificando a democracia racial*. Recife: Centro de Ciências Sociais Aplicadas/Universidade Federal de Pernambuco, 1997. (Mestrado em Serviço Social).